



a regressividade da CPMF

Na tentativa de transformar em permanente a contribuição provisória sobre a movimentação financeira, o governo alega que só os sonegadores estão contra isso e que os pobres são pouco afetados por essa contribuição.¹

Nesse debate, a população é desinformada de que paga a CPMF mesmo não tendo conta bancária. Não lhe é dito que paga CPMF especialmente quando adquire bens e serviços de consumo, e de que o valor que aparece no seu extrato bancário representa uma parte muito pequena da arrecadação. Segundo a imprensa, apenas 9,5% da arrecadação da CPMF provém das pessoas físicas: o restante é arrecadado junto às pessoas jurídicas, que transferem o tributo aos preços dos produtos e serviços que vendem.

A CPMF incide direta e indiretamente sobre a renda: é tributo direto, na proporção de 0,38% da renda que transita pelo sistema bancário, e indireto, em proporções variadas sobre o consumo das famílias.

Usando dados da pesquisa de orçamentos familiares, das contas nacionais e a matriz de insumo-produto do IBGE, Paes e Bugarin, em um trabalho detalhado e cuidadoso, calcularam a alíquota efetiva da CPMF sobre as despesas de consumo em cada faixa de renda das famílias, captando o efeito cumulativo do tributo. Concluíram que a alíquota efetiva da CPMF varia pouco entre faixas de renda, situando-se entre 1,31% e 1,33% da despesa familiar. A Tabela 1 mostra a média das alíquotas efetivas por tipo de despesa.

O interesse desta nota é estimar quanto cada família paga de CPMF em relação à sua renda.

tabela 1 – alíquota efetiva da CPMF como % da despesa das famílias

Tipo de Despesa	CPMF Média (% da despesa)
Alimentação	1,27
Habitação	1,38
Vestuário	1,42
Transporte	1,46
Higiene Pessoal	0,98
Assistência e Saúde	1,21
Educação	1,35
Recreação e Cultura	1,32
Fumo	1,08
Serviços Pessoais	1,38
Despesas Diversas	1,06
Total	1,32

Fonte dos dados originais: Paes e Bugarin (2006). Elaboração da autora.

Na parcela da renda que é poupada, a alíquota da CPMF é de 0,38%, dado que a instituição da “conta investimento” evita novas incidências do tributo nas movimentações da poupança entre tipos diferentes de aplicação financeira. Na parcela que é consumida, serão aplicadas a cada tipo de despesa as alíquotas efetivas calculadas por Paes e Bugarin por faixa de renda.²

O resultado é mostrado na coluna (b) da Tabela 2, que também inclui a carga tributária de outros tributos diretos e indiretos: a coluna (a) inclui o IPI, ICMS, PIS, COFINS, IR, contribuições trabalhistas, IPVA, IPTU, ISS.

Ao contrário do que alega o governo, a CPMF onera, sim, mais os pobres do que os ricos. Famílias com

renda de até 2 salários mínimos pagam, em proporção à sua renda, mais do que o dobro de CPMF (2,2%) do que pagam as famílias com renda superior a 30 mínimos (1%).

tabela 2 – carga tributária direta e indireta sobre a renda total das famílias

renda mensal familiar	carga tributária em % da renda familiar		
	sem CPMF (a)	CPMF (b)	Total (a+b)
até 2 SM	48,8	2,2	51,0
2 a 3	38,0	1,7	39,6
3 a 5	33,9	1,5	35,4
5 a 6	32,0	1,4	33,4
6 a 8	31,7	1,3	33,0
8 a 10	31,7	1,3	32,9
10 a 15	30,5	1,2	31,7
15 a 20	28,4	1,2	29,6
20 a 30	28,7	1,1	29,8
mais de 30	26,3	1,0	27,2

Fonte: coluna (a): Zockun (2005); coluna (b): Paes e Bugarin (2006).
Elaboração da autora.

No esforço de aumentar a arrecadação a qualquer preço, o governo continua a ignorar a intensa regressividade do sistema tributário brasileiro.

Referências Bibliográficas

Paes, N.L.; Bugarin, M.N.S. Parâmetros Tributários da Economia Brasileira. *Estudos Econômicos*. SP, v. 36, n.4, p. 716, out-dez 2006.

Zockun, M.H. Aumenta a regressividade dos impostos no Brasil. *Boletim Informações Fipe*. SP, n. 297, junho 2005.

- 1 O fato gerador da CPMF é o lançamento a débito, por instituição financeira, em contas correntes de depósito e de empréstimo, em conta de depósito de poupança, de depósito judicial e de depósitos em consignação de pagamento. (Lei 9.311, de 1996).
- 2 Preferiu-se não considerar a tributação direta da CPMF sobre a parcela da renda que é consumida porque rendimentos oriundos de benefícios previdenciários são ressarcidos dessa tributação.

(*) Pesquisadora da Fipe.
(E-mail: mhzockun@usp.br).